



Balanço 2023

Atuação
Parlamentar



**renato
roseno**

DEP. ESTADUAL PSOL CE







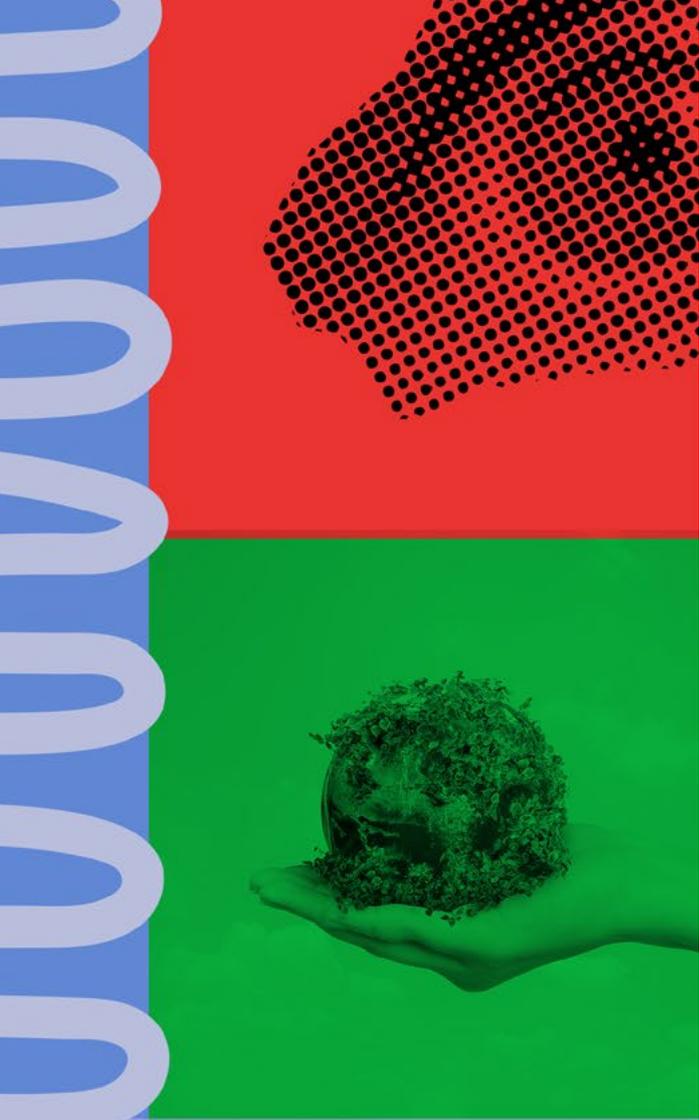
**renato
roseno**

DEP. ESTADUAL PSOL CE

PSOL
CE







Passos rumo às mudanças que queremos!

2023, sem dúvida, entrará para a história como um período de reconstrução para a democracia no Brasil. O choque inicial de janeiro, com o atentado às nossas instituições, serviu como um claro lembrete de que ainda precisamos estar vigilantes e ativos na luta contra as violações de direitos que marcaram os últimos quatro anos. E foi exatamente isso que fizemos!

Neste contexto, nosso mandato assumiu o compromisso de representar diversos segmentos da sociedade civil e de abraçar causas legítimas que estão alinhadas com a visão de futuro que desejamos para a sociedade. Trazemos, de forma compilada, neste material, uma síntese da nossa atuação parlamentar em 2023, para que você relembre estes momentos e saiba que continuaremos firmes no caminho pela mudança social radical necessária para o futuro que queremos.

A fim de facilitar a compreensão, dividimos nossa atuação em quatro áreas principais: "Direitos Humanos", "Meio Ambiente", "Trabalho" e "Juventudes, Cultura e Educação". É importante destacar que temas essenciais como Igualdade Racial, Direitos das Mulheres e da Comunidade LGBTQI+ são integrados em nossas ações no âmbito dos Direitos Humanos. Também destacamos sete iniciativas de nosso mandato que foram aprovadas pela Assembleia Legislativa e tornaram-se leis estaduais.

Este balanço não é apenas um resumo de atividades; é a reafirmação do nosso compromisso e responsabilidade com a democracia. Mais do que isso, representa a materialização da sua confiança em nossa equipe.

Sinto-me honrado e profundamente grato por isso!

Esperamos que, em 2024, possamos estar ainda mais próximos e ativos na luta por direitos e justiça social.

Boa leitura!


Renato Roseno

Deputado Estadual - PSOL/CE



Índice

Leis Sancionadas

8

Direitos Humanos

16

Meio Ambiente

26

Educação, Cultura e Juventudes

34

Mundo do Trabalho

40

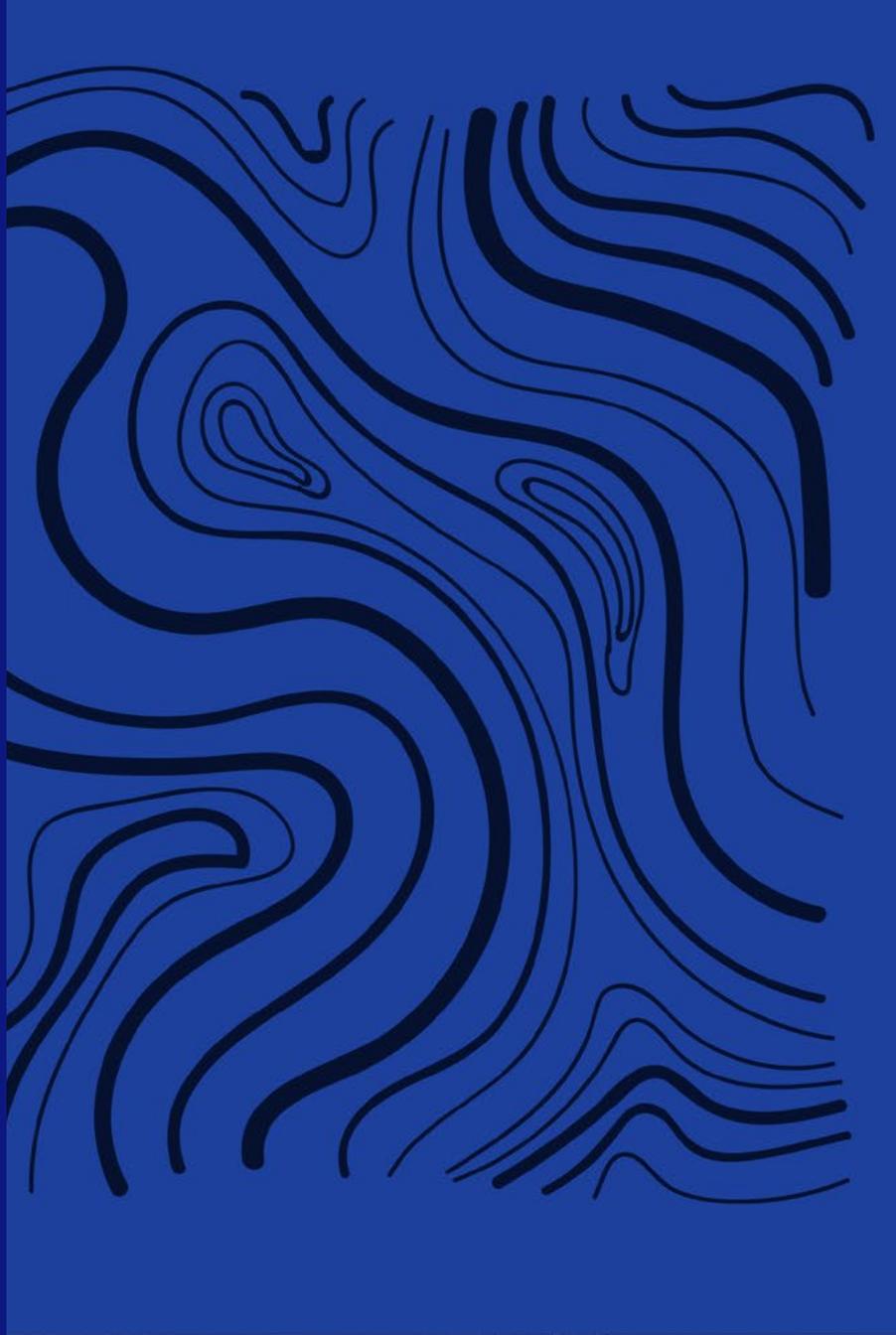
Orçamento

46

Transparência

50

Leis sancionadas







Dossiê é avanço no combate à violência contra mulheres

Fortalecendo a luta contra a violência de gênero, o Ceará, a partir do projeto de lei de autoria do dep. Renato Roseno e da então dep. estadual Augusta Brito, hoje senadora, tornou-se o segundo estado brasileiro a implementar o Dossiê Mulher. Esta medida, sancionada pelo governador Elmano de Freitas em julho de 2023, visa sistematizar e analisar dados detalhados sobre a violência contra mulheres, posicionando o estado na vanguarda de políticas públicas eficazes nessa área.

O Dossiê Mulher foi um projeto legislativo inovador para o combate à violência contra a mulher no Ceará. Esta iniciativa é inspirada no projeto Dossiê da Mulher Carioca, da ex-vereadora Marielle Franco, aprovado postumamente, em 2018. Sancionado pelo governador Elmano de Freitas no dia 13 de julho de 2023, a iniciativa foi proposta originalmente pelo deputado estadual Renato Roseno, com coautoria da agora senadora Augusta Brito, e representa um marco significativo na luta contra este grave problema social.

Renato Roseno destaca que o Ceará agora se coloca na vanguarda de proteção à mulher, sendo um dos únicos estados brasileiros a possuir tal legislação. O Dossiê coletará e analisará dados variados, incluindo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, além de informações sobre estado civil, idade, raça, escolaridade, indicadores de renda, trabalho e número de filhos das vítimas. “Com esses dados será possível formular políticas públicas mais eficientes e efetivas, ajudando-nos a direcionar, no campo legislativo e executivo, nossos esforços para avançar mais rapidamente no combate às violências contra a mulher”, destacou Roseno.

Augusta Brito, em entrevistas publicadas, enfatizou a importância do Dossiê, apontando que ele fornecerá informações vitais para a formulação de políticas públicas. “Esses dados permitirão um policiamento mais direcionado, assistência psicológica aprimorada e a disponibilização de casas de abrigo, tudo baseado em necessidades específicas e com melhor alocação de recursos”, informou a senadora.

2023 já é o ano mais violento para mulheres nordestinas. Os dados dão conta de um crescimento de 22%, em relação ao ano passado, até julho, data de sanção do Dossiê. Infelizmente, o Ceará lidera a lista com um crescimento de 29,40%, no primeiro semestre de 2023, segundo a Agência Tatu de Jornalismo de Dados. Esse cenário alarmante indica a urgência de políticas públicas mais eficazes. Os dados mostram que, nas capitais nordestinas, os casos de violência são mais frequentes que no interior, ressaltando a necessidade de estratégias específicas para cada região e reforçando a proteção às mulheres cearenses.

Em caso de violências contra mulheres ligue 180 ou 190, denuncie!



Foto: ASCOM

Lei Impulsiona cultura juvenil no Ceará

É comprovado cientificamente que territórios culturalmente fortes tornam-se menos violentos. Não por acaso, o deputado Renato Roseno criou uma lei que incentiva e protege as iniciativas culturais da juventude. Sancionada em 16 de agosto de 2023, a lei 18.454 promove a expressão cultural dos jovens cearenses, estabelecendo a Semana Estadual de Incentivo às Manifestações Culturais das Juventudes.

Em resposta aos crescentes desafios de violência urbana, o Estado do Ceará, a partir de um projeto de lei de autoria do deputado Renato Roseno, deu um passo significativo para fortalecer a cultura juvenil. A nova legislação, sancionada em agosto, reconhece e valoriza as diversas formas de expressão cultural dos jovens, incluindo eventos como slams, rolezinhos, e saraus.

Esta lei inovadora coloca o Ceará na vanguarda de políticas culturais inclusivas. Com a designação da Semana Estadual de Incentivo às Manifestações Culturais das Juventudes, o estado celebra agora oficialmente as contribuições culturais dos jovens, promovendo atividades em territórios periféricos e incentivando o debate sobre a inclusão cultural.

O contexto de violência no Brasil, e especificamente no Ceará, é alarmante. Segundo os relatórios do Observatório de Indicadores dos Direitos Humanos (Oisol), apenas em 2023 já foram realizadas 8.787 denúncias sobre violações dos direitos humanos envolvendo crianças e adolescentes no Ceará, até outubro. Dados do Comitê Cada Vida Importa, no Ceará, entre 1º de janeiro e 20 de novembro, deste ano, foram registradas 2593 vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), sendo 319 adolescentes (10 a 19 anos). Nesse cenário, a lei proposta

por Roseno emprega a cultura como uma ferramenta poderosa contra a criminalidade.

Segundo a UNESCO, a cultura é um conjunto essencial de características que definem uma sociedade. No Canadá, por exemplo, a cultura é vista como um pilar central de desenvolvimento econômico e social, demonstrando que investimentos culturais podem promover a economia e revelar talentos, especialmente entre os jovens vulneráveis.

“O Ceará, ao adotar essa abordagem, reconhece o potencial da cultura para envolver a juventude em atividades positivas, distanciando-os da criminalidade. A nova lei vai além do mero reconhecimento cultural; ela propõe uma integração ativa dos jovens na sociedade, promovendo seu talento e criatividade através do apoio institucional”, justificou Roseno.

Em um estado onde a violência urbana tem sido uma preocupação crescente, a legislação proposta pelo dep. Renato Roseno é um marco. Ela não apenas celebra a diversidade cultural, mas também demonstra a necessidade de políticas públicas eficazes para proteger e inspirar os jovens. Este é um exemplo para o Brasil, demonstrando como a cultura pode ser uma força transformadora, promovendo paz e coesão social.



Imagem ilustrativa - Autor Desconhecido

Visibilidade histórica para Beata Maria de Araújo

A partir do projeto de lei do dep. Renato Roseno, o Ceará institucionalizou o Dia da Beata Maria de Araújo e a Semana Maria de Araújo. Esta lei resgata e celebra a figura histórica de Maria de Araújo, protagonista do “Milagre da Hóstia” em Juazeiro do Norte, e destaca seu papel para que não caia no esquecimento histórico.

Em um movimento de visibilidade histórica, o Ceará criou uma lei para instituir o Dia da Beata Maria de Araújo e a Semana Maria de Araújo no calendário oficial do estado, a partir da iniciativa do dep. Renato Roseno. Promulgada em 19 de setembro de 2023, a legislação visa resgatar a memória de Maria de Araújo, figura central no fenômeno conhecido como “Milagre da Hóstia” que ocorreu em 1889 em Juazeiro do Norte.

Essa lei representa um marco importante na reconhecimentos da história e da contribuição das mulheres na esfera religiosa e cultural do Ceará. Maria de Araújo, uma mulher negra e analfabeta, foi fundamental na história de Juazeiro do Norte, onde acredita-se que ela transformou a hóstia em sangue durante a comunhão, um evento que atraiu as primeiras romarias para a região. Apesar de seu papel fundamental no “milagre”, Maria de Araújo foi perseguida e sua história foi, em grande parte, esquecida.

A proposta de Roseno, com a agora lei, busca corrigir essa omissão, promovendo debates e reflexões sobre racismo, violência de gênero e a importância das mulheres na historiografia do Ceará. A Semana Maria de

Araújo, que ocorrerá entre os dias 20 e 24 de maio, será uma oportunidade para preservar e divulgar a memória de Maria de Araújo.

“Com a sanção, esta lei não só homenageia Maria de Araújo, mas também reforça o papel das secretarias estaduais na promoção de atividades culturais e educacionais em sua memória. O esforço conjunto de voluntários, escolas e universidades também é esperado para dar vida a esta iniciativa. Reconhecer e celebrar a história da Beata Maria de Araújo, assegura que seu legado e contribuição sejam lembrados e valorizados na sociedade cearense. É uma correção histórica que reafirma a importância das mulheres na formação cultural e religiosa do Ceará.” destacou Roseno.

A lei 18469/2023 reforça o compromisso do deputado Renato Roseno com o resgate de figuras históricas cearenses injustiçadas, como a Preta Tia Simoa e o Beato José Lourenço. Roseno reitera a importância de reconhecer essas personalidades que foram fundamentais para o desenvolvimento do estado e representaram lutas significativas em sua época que reverberam até hoje.

Dia das cores

O deputado Renato Roseno foi o autor da lei que estabelece o Dia Estadual da Cromologia no Ceará, a ser celebrado anualmente em 21 de setembro. A cromologia, focada no estudo da luz e cor, é enfatizada pelo professor Pablo Manyé, destacado

pesquisador na área. Este projeto busca complementar o Dia Internacional da Cor (21 de março) e valorizar perspectivas além do hemisfério norte. A iniciativa ressalta a importância da cromologia em diversas áreas, incluindo a psicologia das cores.



Foto: ASCOM

Lei protege de telemarketing abusivo contra aposentados e pensionistas

Lei de autoria do Dep. Renato Roseno, que visa proteger aposentados e pensionistas de práticas abusivas de telemarketing, é sancionada e representa um avanço significativo na luta contra o endividamento excessivo entre a população idosa.

“Este projeto de lei tem um objetivo claro: proteger nossos aposentados e pensionistas, que frequentemente são vítimas de práticas de telemarketing invasivas e enganosas”, explicou Renato Roseno. “Considerando que este grupo é particularmente vulnerável a empréstimos consignados e outros tipos de crédito, nossa legislação busca oferecer uma camada adicional de segurança.”

A legislação proíbe especificamente a oferta e a celebração de contratos de empréstimo por meio de ligações telefônicas para aposentados e pensionistas. Isso inclui não apenas empréstimos consignados, mas também outras modalidades de crédito. Os contratos só poderão ser celebrados após uma comunicação clara e transparente, e com a assinatura formal de um documento escrito.

Roseno ainda enfatiza que a proposta está alinhada com os princípios constitucionais de defesa do consumidor e

busca reduzir as desigualdades, além de garantir proteção especial a pessoas em situação de vulnerabilidade. “A constitucionalidade do projeto é reforçada por decisões semelhantes do Supremo Tribunal Federal, como no caso da Lei 20.276/2020 do Estado do Paraná”, acrescenta.

Além disso, o projeto não interfere no princípio da livre iniciativa e não representa uma interferência excessiva do Estado no mercado. Pelo contrário, é uma ação do Poder Público para harmonizar o exercício da livre iniciativa econômica com o dever de proteger os consumidores, especialmente os mais vulneráveis, como os idosos.

O projeto de lei foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa do Ceará, com o apoio dos movimentos e instituições que atuam em defesa dos direitos humanos como MPE, OAB, DPE, Conselho do Idoso, Fórum da Pessoa Idosa e Secretaria de Direitos Humanos, reflete um consenso sobre a importância de proteger os aposentados e pensionistas do estado. Agora, a medida já está em vigor.

Ceará celebra o Dia dos Agentes de Trânsito



Foto: StockPhoto

A Assembleia Legislativa do Ceará, por iniciativa do deputado Renato Roseno, aprovou uma lei que institui o Dia Estadual dos Agentes de Trânsito. Sancionada em 13 de julho de 2023, a legislação estabelece a comemoração anual no dia 26 de maio, reconhecendo o papel vital desses profissionais na manutenção da segurança e eficiência do trânsito no estado. O projeto busca não apenas celebrar os agentes de trânsito, mas também promover a conscientização sobre a importância de seu trabalho na administração do trânsito e na prevenção de acidentes. Com o apoio do governo estadual, a data será marcada por atividades e programas que destacam a contribuição significativa desses profissionais para a sociedade cearense.

Reconhecimento aos sociólogos



"Operários" - Tarsila do Amaral

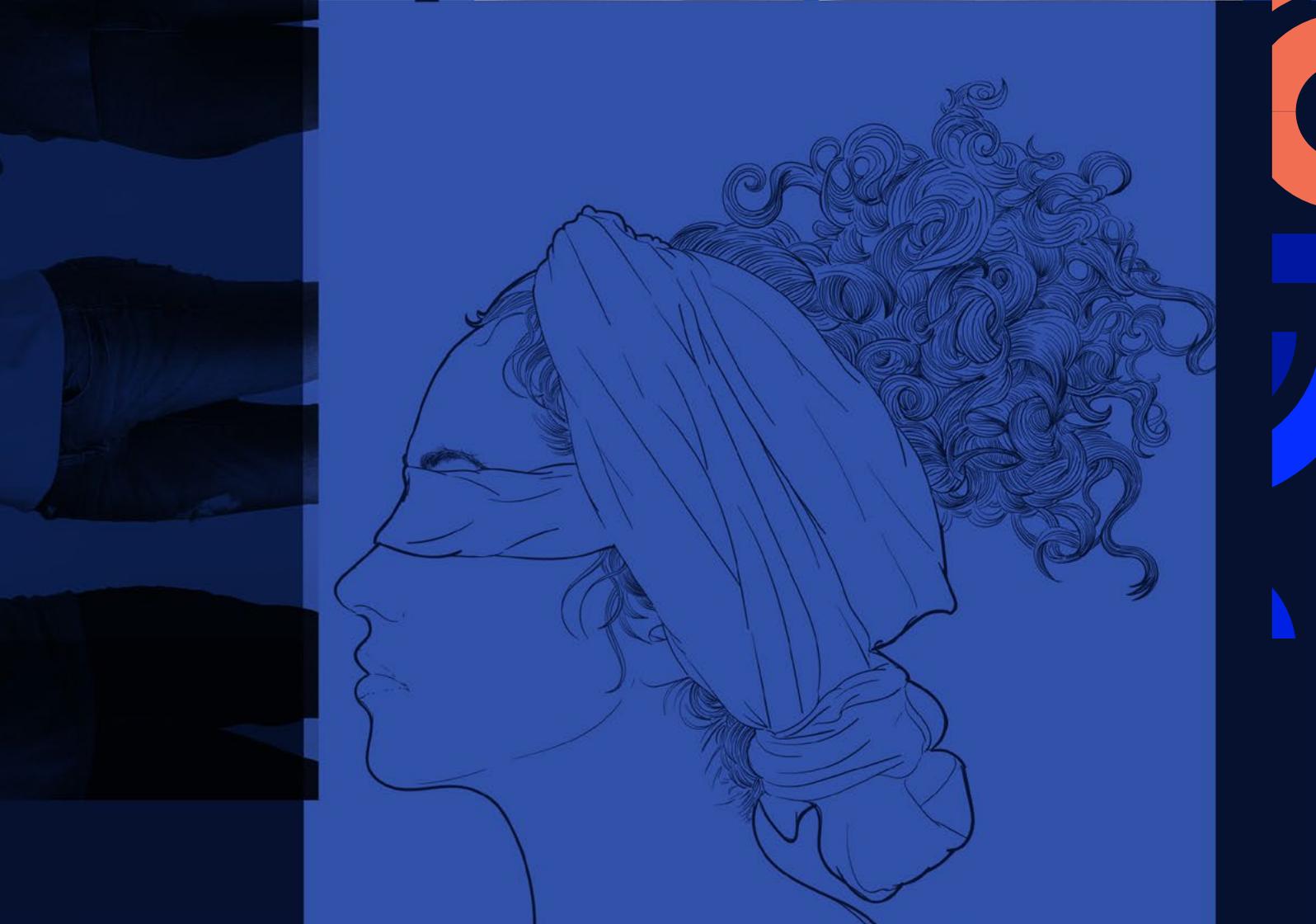
A partir de um projeto de lei do deputado Renato Roseno, o Ceará possui um dia dedicado à valorização dos sociólogos: 10 de dezembro. Sancionada em 17 de novembro de 2023, esta legislação destaca a importância desses profissionais em diversos setores da sociedade, incluindo a Administração Pública e a iniciativa privada. Roseno, ao apresentar o projeto, enfatizou a transversalidade da atuação dos sociólogos, fundamentais em órgãos como a SUPESP, IPECE, SEDUC, e nas universidades estaduais do Ceará. A lei reforça o papel vital dos sociólogos no desenvolvimento de diagnósticos sociais, monitoramento de políticas públicas e avaliação de programas sociais, consolidando sua relevância em um contexto ampliado e diversificado.

Cidadão da Cultura: Fabiano Piúba



Foto: SECULT/Arquivo

O reconhecimento da Assembleia Legislativa do Ceará ao Dr. Fabiano dos Santos Piúba, pela concessão do Título de Cidadão Cearense, é também um reconhecimento aos profissionais dedicados à cultura e educação. Proposto pelo deputado estadual Renato Roseno, o título foi sancionado em 19 de setembro de 2023, homenageando a trajetória excepcional de Piúba. Nascido em Seridó, Rio Grande do Norte, ele é um exemplo notável de dedicação ao setor cultural, tendo sido Secretário de Cultura do Ceará e ocupado posições de liderança no âmbito nacional e regional. Como doutor em Educação pela UFC e mestre em História pela PUC, Piúba contribuiu significativamente para o desenvolvimento cultural do Ceará e do Brasil.



Direitos Humanos







Direitos Humanos

Em 2023, nosso mandato à frente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC) da Assembleia Legislativa do Ceará destacou-se como um farol de esperança e ação efetiva na proteção da vida e na promoção dos Direitos Humanos. Este ano foi um período crítico, marcado pela necessidade de reestruturar políticas de promoção e defesa da dignidade humana, especialmente após anos de políticas federais atroz.

Apesar de um cenário mais favorável, os desafios persistiram. O Ceará enfrentou graves violações de direitos, incluindo violência armada e institucional. A CDHC não só abordou essas questões, mas também promoveu ações significativas em resposta a elas, como você pode acompanhar a seguir.

Vinculados à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, temos dois órgãos de cidadania permanentes na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA), criado em 2000, e o Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV), reestruturado em 2019, mas criado inicialmente em fevereiro de 2016 como Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CPHA).

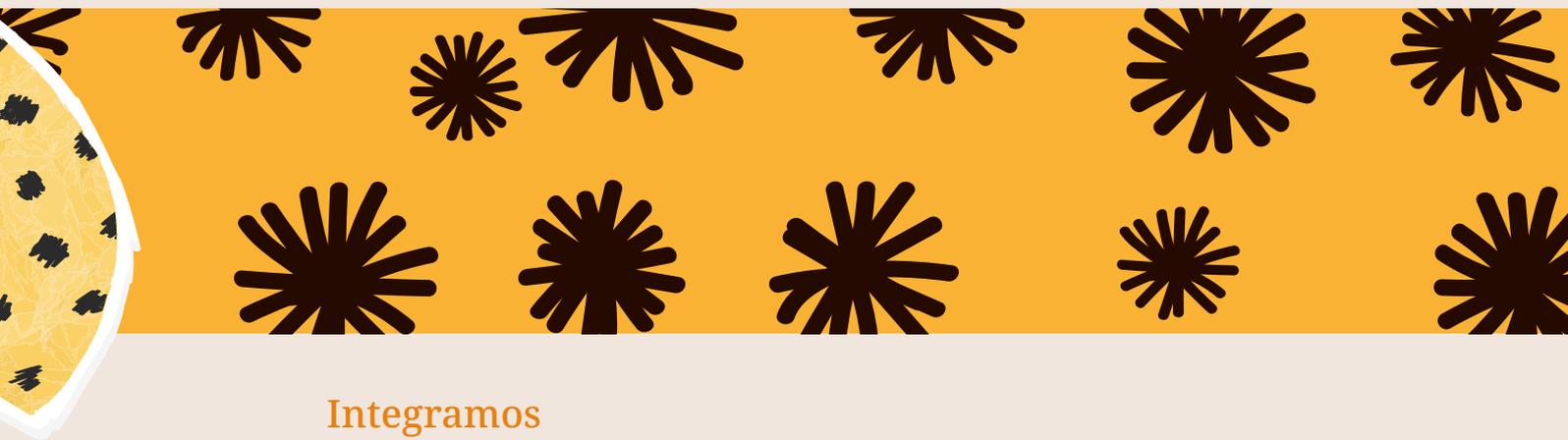
Destacamos duas conquistas desse período com envolvimento desses braços oriundos

da CDHC: o Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério dos Direitos Humanos para prevenir homicídios na adolescência, a partir das práticas desenvolvidas no âmbito Comitê de Prevenção e Combate à Violência (CPCV), e a aprovação da Lei 18.436/2023, que cria o Dossiê Mulher, uma ferramenta essencial para combater a violência contra as mulheres no Ceará.

Nosso mandato também se integrou a várias frentes e conselhos essenciais para a defesa e promoção dos direitos humanos, como o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Conselho de Justiça Restaurativa.

Para concluir o ano de 2023, realizamos atividades significativas, incluindo a Semana de Direitos Humanos, em comemoração aos 75 anos de publicação da Declaração Universal de Direitos Humanos e recebemos a visita do Mecanismo Internacional de Especialistas Independentes da Organização das Nações Unidas (EMLER, em inglês) para investigar a violência policial contra a população negra no Ceará, após um restrito processo de seleção, com atuação direta da nossa equipe na articulação junto à atores da Sociedade Civil.

Ao trazer essas informações, buscamos inspirar e estimular debates sobre como podemos, coletivamente, avançar na luta por direitos, liberdade e democracia. Sigamos!



Integramos

- CEPCT**  Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura
- CEPOP**  Conselho Estadual dos Direitos da População de Rua
- COETRAE**  Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo
- CPSCFE**  Comissão de Proteção Social e Combate à Fome
- CWD**  Comissão Wanda Sidou
-  Conselho de Justiça Restaurativa
-  Fórum de Educação Étnico-Racial
-  Comissão Intersetorial do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
-  Fórum em Defesa do Trabalho Decente
-  Grupo de Trabalho Institucional por Memória, Verdade e Justiça
-  Conselho Estadual do Meio Ambiente
-  Forum Estadual de Educação
-  Fórum Estadual de Combate ao Uso Intensivo de Agrotóxicos
-  Membro do Conselho Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará – FDID

Nossa luta é todo dia!



Foto: ALECE

Presidimos e Coordenamos

-  **CDHC**
Comissão De Direitos Humanos E Cidadania
-  **EFTA**
Escritório Frei Tito De Alencar
-  **CPCV**
Comitê De Prevenção e Combate à Violência



Direitos Humanos

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Foto: ASCOM

01

Responsabilização e iniciativas de reparação da Chacina do Curió



Foto: ALECE

03

Acordo de Cooperação Técnica com MDH



02

Lei Dossiê Mulher nº 18.426/2023



Foto: ASCOM

04

Aprovação do Novo Sistema Estadual de Combate à Tortura



Foto: ASCOM

O mandato do deputado Renato Roseno, em 2023, foi marcado por avanços significativos na área de Direitos Humanos. Sua atuação e acompanhamento no Caso Chacina do Curió resultou na aprovação inédita e unânime de uma lei para indenizar as vítimas e familiares. O Coletivo Mães e Familiares do Curió, profundamente envolvido nessa luta, foi reconhecido com o Prêmio Frei Tito de Alencar de Direitos Humanos. Além disso, este ano também aconteceu a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Inovador, o ACT visa fortalecer a prevenção de homicídios, focando na adolescência com o cruzamento de

informações de várias fontes distintas tornando possível mapear e prever territórios mais vulneráveis, possibilitando assim, a construção de políticas públicas eficiente. Esse acordo promete ser um marco na luta contra a violência armada, contribuindo para a criação do Sistema Nacional de Atenção e Proteção dos Direitos Humanos. Outra conquista relevante foi a aprovação do PL Dossiê Mulher, que sistematiza estatísticas sobre violência contra mulheres no Ceará. A lei enfatiza a importância da coleta e análise de dados detalhados para moldar políticas públicas eficazes e inclusivas. Essas iniciativas reafirmam o compromisso de Roseno com a justiça social e a defesa dos direitos humanos.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS EM DESTAQUE



Foto: Dario Gabriel / ALECE

Audiência Pública para debater as denúncias de tortura nas unidades prisionais do Estado do Ceará (realizada em 02/10/2023)

Foto: Maximo Moura / ALECE

Audiência Pública para debater a Saúde Mental de Trabalhadores de Segurança Pública (realizada em 04/07/2023)



Foto: Paulo Rocha / ALECE

Seminário de Direitos Humanos: “Direito a ter direitos”



Foto: ASCOM

PL e Audiência Pública (realizada em 19/06) sobre Cannabis para fins terapêuticos (em pauta)



Foto: ASCOM

Realização, a partir do Calendário Oficial do Estado, das Semanas: Preta Tia Simoa de Combate à Discriminação contra Mulheres Negras; Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual e de Gênero; Semana Maria da Penha e Semana Cada Vida Importa



Direitos Humanos

Iniciativas de Políticas Públicas



Combate à Fome

Alimentação adequada é um direito básico, segundo o Consea. Nosso mandato combate a fome, apoiando a Campanha da Fraternidade 2023 e aprovando emendas para direcionar recursos ao combate à fome e pobreza no orçamento para 2024. Articulamos com cozinhas comunitárias, visitando a Rede de Cozinhas do Bom Jardim, e continuamos na luta pelo aprimoramento do Programa Ceará Sem Fome.



Memória, Verdade e Justiça

Projeto de criação do Museu da Memória e dos Direitos Humanos no Ceará, destacando períodos autoritários, personalidades, e contribuindo para a preservação da verdade histórica. Audiência Pública sobre reparação aos ex-presos políticos e participação em comissões relacionadas à Memória, Verdade e Justiça.



Sistema Socioeducativo

Uma Audiência Pública lançou relatórios sobre problemas no Centro Socioeducativo feminino Aldaci Barbosa, destacando violência e apresentando 11 recomendações. Outro relatório analisou a situação de adolescentes em medida socioeducativa de internação no Brasil durante a pandemia, abrangendo Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro, confrontando obrigações do Estado e fazendo recomendações.



Pesquisas e recomendações a partir do Comitê de Prevenção e Combate à Violência

Foi lançada a pesquisa “Meninas no Ceará: Homicídios de mulheres na segunda década de vida sob a marca da injustiça”, revelando que apenas 10,5% dos homicídios de mulheres de 10 a 19 anos em 2018 resultaram em responsabilização criminal até abril de 2023. O obstáculo principal está na fase de investigações, com metade dos casos ainda em inquérito após cinco anos. A pesquisa é uma continuação de um estudo anterior sobre a trajetória de vida de adolescentes vítimas de homicídios. Além disso, está em andamento a pesquisa “Trajetórias de adolescentes egressos do sistema socioeducativo no Ceará”, que será lançada no primeiro semestre de 2024.



Dignidade de Pessoas Trans

Garantimos a inclusão, na lei que institui o novo Cartão de Identidade Civil, a gratuidade de registro na via de retificação de gênero e nome para pessoas transgênero.



Mães e Familiares do Curió



Foto: ASCOM

Nos últimos oito anos, a equipe do deputado Renato Roseno desempenhou um papel importante no apoio e acolhimento às mães e familiares das vítimas da Chacina do Curió. Eles acompanharam integralmente os três júris realizados, demonstrando um comprometimento constante com a justiça. Além disso, Roseno atuou como relator de um projeto de lei do Poder Executivo que propôs indenizações às famílias afetadas, aprovado unanimemente em 11 de outubro e sancionado como Lei Nº 18.504. Em dezembro, o Coletivo Mães do Curió será homenageado com o Prêmio Frei Tito, reconhecendo sua luta incansável pela responsabilização e memória dos seus entes queridos.

Desafios e Obstáculos

Enfrentamento
ao racismo
religioso

Pedido
de tombamento de
terreiros

Direitos da pessoa
idosa

PL sobre proibição
da oferta e da
celebração, por ligação
telefônica, de contrato
de empréstimo de
qualquer natureza,
direcionado a
aposentados e
pensionistas

Políticas de
controle de
armas de fogo e
enfrentamento à
violência armada:

PL n.º 06/2023
(simulacros de armas de
fogo) e implementação
da Lei Nº 16.974, de 13 de
setembro de 2019

Articulação
para a Criação
do Mecanismo
Estadual de
Prevenção e
Combate à
Tortura.

Direitos Humanos

LEVANTAMENTO PRELIMINAR DA ATUAÇÃO DA CDHC/ALECE EM 2023

233

Número de atendimentos

33

Número de Audiências Públicas

3

Número de Reuniões Técnicas

2

Número de Seminários

6

Visitas Técnicas

62

Requerimentos Relizados

26 Reuniões Realizadas

Ordinárias: 17
Extraordinárias: 4
Conjuntas: 5

94 Projetos Aprovados

Mensagem: 2
Projetos de Lei: 25
Projetos de Indicação: 56,
Emendas: 11





DEZ TEMÁTICAS MAIS RECORRENTES DOS ATENDIMENTOS

Tema	Quantidade
Saúde	50
PCD	26
Violência Policial	25
Moradia/Terra ou território	20
Criança e Adolescente	18
Privados de liberdade	16
Tortura/Tratamento Cruel ou degradante	10
Pessoas Idosas	9
Acesso à Justiça	9
Segurança Pública	6
TOTAL DE ATENDIMENTOS DESSAS TEMÁTICAS	189

CINCO TEMÁTICAS MAIS RECORRENTES NAS MATÉRIAS DELIBERADAS PELA CDHC

Tema	Quantidade
Pessoas com Definição	30
Mulheres	28
Pessoas Idosas	14
LGBTQIAPN+	8
Criança e Adolescente	7
TOTAL DE ATENDIMENTOS DESSAS TEMÁTICAS	87

Meio Ambiente





Meio Ambiente

O ano de 2023 revelou-se um marco na luta ambiental. Batemos recordes de temperaturas, desastres por conta de tempestades ou secas de norte a sul do Brasil, além de desafios climáticos iminentes. Encabeçamos, neste contexto, a resistência contra políticas socioambientais regressivas e nos mantivemos firmes na busca por um desenvolvimento sustentável, livre de racismo ambiental e exploração territorial.

Na vanguarda da transição energética, questionamos a instalação de megaempreendimentos eólicos em águas cearenses, defendendo a biodiversidade marinha e os meios de vida das comunidades tradicionais da costa. Sabemos que a energia sustentável não deve vir à custa dos recursos naturais e da população local.

Legislativamente, apresentamos o Projeto de Lei (PL) nº 184/2023, que reconhece o estado de emergência climática e propõe políticas abrangentes para enfrentá-lo, minimizando o impacto sobre os mais pobres. O PL nº 893/2023 focou na educação climática nas escolas, enquanto o PL nº 443/2022 buscou reconhecer os direitos dos povos tradicionais do Ceará, corrigindo injustiças históricas.

A Lei Estadual nº 17.165, resultado de uma colaboração com o movimento indígena cearense, foi um exemplo significativo de reparação histórica, reconhecendo a importância dos povos indígenas na história do Ceará.

Nosso mandato também lutou contra projetos de mineração e beneficiamento de urânio e

fosfato no Sertão Central, visando proteger a saúde e a vida das comunidades locais, incluindo camponeses, indígenas e quilombolas.

Além disso, intensificamos o combate aos agrotóxicos, participando ativamente do Fórum Estadual de Combate ao Uso Intensivo de Agrotóxicos e da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Nesta seara, uma grande vitória foi alcançada com a declaração de constitucionalidade da Lei Zé Maria do Tomé pelo STF, proibindo a pulverização aérea de agrotóxicos.

As energias renováveis, assim como o hidrogênio verde, devem ser sustentáveis para todos, não apenas para o europeu que será o consumidor desse hidrogênio inicialmente. Uma matriz energética limpa é aquela que tem respeito pelas comunidades, pelo povo cearense e por nossos ambientes costeiros, serras e nosso sertão. Defendemos uma transição energética socioambientalmente justa, que priorizem as comunidades historicamente vulnerabilizadas, impactadas pelo racismo ambiental e pela pobreza energética.

Em suma, o ano de 2023 foi de avanços significativos na nossa atuação e na construção de uma agenda em defesa do meio ambiente. Com uma série de propostas legislativas, ainda em tramitação, nosso mandato reafirma, ainda, o compromisso com os povos e comunidades tradicionais. Contudo, ainda há muito o que se fazer.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES



Foto: ASCOM / PSOL



Foto: ASCOM

Chuva de Veneno? Aqui NÃO!

Destacamos a decisão do STF por UNANIMIDADE pela constitucionalidade da Lei Zé Maria do Tomé em maio de 2023, que vinha sendo questionada através de uma ADI 6137 pelo setor do agronegócio. Esta lei de nossa autoria é a única no Brasil que proíbe a pulverização aérea com agrotóxicos e sua construção é fruto de um esforço coletivo com pesquisadores, movimentos sociais e diversas lutadoras e lutadores. A mobilização em defesa da lei se deu com coragem e empenho, nas redes, nas ruas e através da pressão institucional. Essa foi uma gigantesca vitória e é tempo de celebrar a vida e dizer de forma categórica: CHUVA DE VENENO NUNCA MAIS!!! O legado de Zé Maria, bravo camponês assassinado em defesa da vida e do meio ambiente, segue vivo.

Proteção para Mulheres Pescadoras no Ceará

Apresentamos o Projeto de Lei nº 1221/2023 de autoria do deputado Renato Roseno, com o objetivo de estabelecer uma Política Estadual de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável para as mulheres pescadoras. Apresentado à Assembleia Legislativa em 5 de dezembro de 2023, a matéria reconhece e valoriza as atividades pesqueiras artesanais realizadas por mulheres, abrangendo a extração de mariscos, cultivo de algas, e pesca em zonas costeiras, manguezais e águas interiores. Esta política busca promover inclusão social, qualidade de vida, geração de trabalho e renda, e conservação da biodiversidade aquática. A proposta marca um avanço significativo na garantia dos direitos e reconhecimento das mulheres pescadoras, frequentemente invisibilizadas em uma sociedade patriarcal e desigual.

Meio Ambiente

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS EM DESTAQUE

Fotos: ASCOM



Proposta de implantação de Parques de Energia Eólica no Mar (Offshore) na costa cearense - 02/05/2023

Audiência Pública sobre Problemas Ambientais na Terra Indígena dos Pitaguarys - 09/05/23 (conjunta com Vereador Gabriel Aguiar - PSOL Fortaleza)



Efetivação do Parque Estadual das Carnaúbas - 03/07/2023 (conjunta com Vereador Gabriel Aguiar PSOL Fortaleza)

Novos empreendimentos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP e seus impactos - 16/08/2023



Impacto do aumento das águas doces na foz do Rio Jaguaribe com as comunidades pesqueiras dos municípios de Fortim e Aracati/CE - 23/08/2023

Impactos socioambientais das obras do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) - 16/11/2023

INICIATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Reconhece o estado de Emergência Climática - PL nº - 184/2023



Dispõe sobre a inclusão da temática de educação climática no programa de ensino das escolas da rede pública do estado do Ceará e dá outras providências. - PL nº - 893/2023



Estabelece as diretrizes para Política Estadual de Promoção do Turismo Comunitário no âmbito do Estado do Ceará - PL nº - 227/2023



Dispõe sobre o reconhecimento da língua nativa Tupi-Nheengatu como língua cooficial no âmbito das escolas indígenas do estado do Ceará e dá outras providências - PL nº 568/2023



Dispõe sobre a proibição do uso de agrotóxicos à base de neonicotinóides no âmbito do estado do Ceará - PL nº - 668/2023



Regula o uso de sacolas do tipo biodegradável ou biocompostável e proíbe a distribuição gratuita ou venda de sacolas plásticas descartáveis, confeccionadas à base de polietileno, propileno, polipropileno ou matérias-primas equivalentes, no Estado do Ceará - PL nº - 820/2023



Reconhece a existência, a contribuição e os direitos dos povos tradicionais no Estado do Ceará - PL nº 443/2022



Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável das Mulheres Pescadoras Marisqueiras no Estado do Ceará - PL nº 1221/2023



Proíbe a exploração de gases e óleos não convencionais pelos métodos de fraturamento hidráulico - PL nº 1218/2023

Meio Ambiente

Desafios e Obstáculos

Proteção dos
territórios
pesqueiros,
indígenas e
quilombolas

Impedir a
Mineração de
Urânio
no Ceará

A luta por outro
modelo de
desenvolvimento e
transição energética

Realização de um
seminário sobre o
tema, no início de
2024, agregando
comunidades/
territórios em
luta e a academia

Destinação de emenda orçamentária via Programa de Cooperação Federativa para o Projeto Babaçu Boa Esperança em Iaporanga-CE



Foto: ASCOM

O Projeto Babaçu Boa Esperança, em Iaporanga-CE, recebeu um significativo impulso com a destinação de recursos orçamentários, com o apoio e intervenção do deputado Renato Roseno. O projeto, que é um pilar da economia local, ganhou novos equipamentos para o processamento do babaçu, possibilitando maior eficiência e produtividade. Com este suporte, as famílias envolvidas no projeto poderão fortalecer suas atividades econômicas, gerando renda sustentável e melhorando a qualidade de vida da comunidade. A iniciativa é um exemplo de como a cooperação e o apoio político podem impactar positivamente a economia local.

Perfuração de poço profundo na Escola Indígena Brolhos da Terra, no Território do Povo Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, município de Itapipoca-CE



Foto: ASCOM

A Escola Indígena Brolhos da Terra, situada no Território do Povo Indígena Tremembé da Barra do Mundaú, em Itapipoca-CE, está prestes a dar um grande passo com a perfuração de um poço profundo. Este projeto, fundamental para a comunidade, foi possível graças à parceria com o deputado Renato Roseno e ao apoio da Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA). Ezequiel Tremembé, representante da comunidade, destaca este momento como uma conquista coletiva significativa. "A chegada dos equipamentos para a perfuração simboliza não apenas um avanço em infraestrutura, mas também um reconhecimento das necessidades básicas e do direito à água do povo Tremembé. Este passo é fundamental para o desenvolvimento sustentável e a autossuficiência da nossa comunidade indígena", afirmou.

Vistoria para homologação do cadastro do Sítio Arqueológico da Aldeia Quixaba na plataforma do IPHAN ocupado pela etnia Potyguara (Terra Indígena Serra das Matas), na divisa dos municípios de Monsenhor Tabosa - CE e Santa Quitéria - CE



Foto: ASCOM

O Sítio Arqueológico da Aldeia Quixaba, localizado na Terra Indígena Serra das Matas, entre Monsenhor Tabosa e Santa Quitéria, no Ceará, está passando por um processo de homologação para tombamento cultural e territorial. A etnia Potyguara ocupa esse local, que possui vestígios da tradição Tupiguarani, incluindo fragmentos de cerâmica. Com o apoio do deputado Renato Roseno, o IPHAN realizou uma vistoria no local, ressaltando a importância de preservar sítios arqueológicos, especialmente em territórios indígenas, para compreender as rotas de dispersão e adaptações locais da cultura Tupiguarani no Brasil. Essa iniciativa destaca a necessidade de resgatar a verdadeira história e cultura brasileiras, indo além das perspectivas dos colonizadores e exploradores.

Educação, Cultura e Juventudes





Educação, Cultura e Juventudes

Em 2023, as palavras de ordem foram “Resistir e Inovar”. Nosso mandato desempenhou um papel importante na transformação e avanço das áreas de Educação, Cultura e Juventudes no Ceará. Enfrentando desafios impostos pela extrema-direita, nossa atuação se destacou pela sua habilidade em avançar em pautas relevantes para o novo modelo de sociedade que queremos construir.

Na Educação, tivemos uma atuação constante para articular a contratação de novos professores e na melhoria da infraestrutura escolar, além de democratizar os conselhos escolares e universitários. Fizemos pressão, no plenário e nas ruas, junto ao poder executivo, pela efetivação do concurso para professores universitários e no monitoramento das necessidades das escolas públicas e universidades estaduais.

Destacamos o impulsionamento da Lei Estadual 17.253, de nossa autoria, que redefine as atribuições das Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra crianças e adolescentes nas escolas. Essa lei, citada no Grupo de Trabalho da Câmara Federal como referência nacional, foca na análise dos fatores que conduzem à violência em ambientes escolares e na busca por medidas preventivas eficazes, abrangendo segurança, experiências de sucesso na prevenção de violência escolar e políticas de promoção da saúde mental.

Além disso, defendemos alteração na Lei nº 16.197 de 2017, que trata do sistema de cotas nas instituições de ensino superior do Ceará. A modificação proposta no nosso projeto de lei que ainda tramita na Assembleia Legislativa, visa alinhar a legislação estadual com a federal, ampliando as oportunidades de educação superior para mais estudantes.

No âmbito cultural, atuamos ativamente na preservação do sítio histórico de Barbalha, destacando-se pelo estilo arquitetônico dos séculos XVIII e XIX. Estamos acompanhando de perto os processos de tombamento de acervos arquitetônicos e medidas para garantir a integridade de edificações e práticas culturais em várias regiões do estado. Assim como também estamos atentos à conservação do Museu Histórico do Crato e do Museu de Artes Vicente Leite, respondendo às preocupações dos cidadãos sobre o estado dessas importantes instituições culturais.

As Juventudes estão no centro do nosso mandato, com uma abordagem que perpassa educação, cultura, esporte, saúde e direitos humanos. Consciente da criminalização e da alta mortalidade juvenil no Ceará, trabalhamos para promover políticas públicas de prevenção e para potencializar caminhos possíveis para a materialização dos sonhos da juventude, acerca de sociedade mais justa, em todas as frentes do nosso mandato.



**CONQUISTAS
DA EDUCAÇÃO
COM O NOSSO
APOIO**

800

Professores
Empossados
na rede
básica

648

Professores
Convocados
na rede
básica

186

Professores
da UECE
empossados

Foto: ASCOM



FRENTES DE ATUAÇÃO

Convocação dos aprovados no cadastro de reserva da SEDUC

Parceria com Ministério Público para Ampliação e fortalecimento do Programa “PREVINE – Violência nas Escolas, não!”

Autoria da Lei que estabelece a Semana Estadual de incentivo às manifestações culturais das juventudes no calendário do estado do Ceará, assegurando a plena expressão das manifestações culturais da Juventude cearense. (Lei Estadual nº. 18.454/2023)

Promoção, fortalecimento, difusão e o desenvolvimento da música cearense no âmbito do estado do Ceará. (Lei Estadual nº. 18.260/2022)

3470

Comissões de proteção e prevenção à violência nas escolas no estado do Ceará

21

Palestras em Escolas e Universidades

+500mil

Alunos da rede pública beneficiados

Educação, Cultura e Juventudes

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS EM DESTAQUE

Fotos: ASCOM



Audiência Pública para debater Políticas de apoio e salvaguarda aos grupos e práticas culturais tradicionais e populares do Ceará (realizada em 20/09/2023)



Audiência Pública para debater sobre a Reforma do Ensino Médio (realizada em 24/03/2023)

Participação nas etapas Municipais e Estadual da Conferência de Nacional de Educação (CONAE)

Semanas: Janaína Dutra, Tia Simoa, Maria da Penha, Cada vida Importa.

Participação na Marcha da Periferia

INICIATIVAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Criação da semana Estadual de incentivo às Manifestações Culturais das Juventudes no Calendário Oficial



Criação da disciplina eletiva sobre a ditadura militar para as escolas públicas estaduais



A Rede Pública Estadual de Ensino tem um total de 583 Comissões de Proteção e Prevenção à Violência contra a Criança e Adolescente, um total de 98,91% das escolas estaduais do interior

Desafios e Obstáculos

Aprovar o Projeto de Lei que promove a alimentação saudável e determina a exclusão de alimentos ultraprocessados e açucarados nas escolas públicas e particulares do Ceará

Aprovar o Projeto de Lei que garante o direito à alimentação escolar para crianças, adolescentes e jovens durante o período das férias escolares matriculados nas escolas da rede pública estadual de ensino no Estado do Ceará e dá outras providências

Aprovar o Projeto de Indicação que institui a Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Projeto de Lei que dispõe sobre percentual mínimo de contratação de artistas cearenses ou atuantes no Ceará e de artistas que expressem a cultura cearense

Projeto de Lei que dispõe sobre a vedação do uso de recursos públicos na contratação de artistas cujas músicas incentivem a violência contra a mulher ou promovam a desvalorização ou exposição de mulheres à Situação de Constrangimento e dá outras providências

Mundo do Trabalho





llll
Om
llllll
lllll
llllll



Mundo do Trabalho

Assistimos ao longo dos últimos anos intensas transformações no mundo do trabalho, em parte resultado da intensa busca de elevação das taxas de exploração via intensificação da introdução de novas tecnologias digitais e informacionais, em parte resultado da reorganização econômica acelerada pela pandemia de COVID, que generalizou o trabalho remoto e alavancou a importância das empresas a exemplo de plataformas (tipo Uber) e outras formas de trabalho precarizado, como a terceirização e a jornada intermitente.

O resultado global desses processos de fundo econômico desdobram-se em medidas políticas profundamente regressivas, como foram as reformas trabalhista e previdenciária aprovadas nos governos pós-golpe institucional de 2016 (Temer e Bolsonaro), ao tempo em que são recuperados pelo patronato práticas como o trabalho escravo e infantil. O resultado combinado de tudo isso revelam a racionalidade fria e egoísta do sistema capitalista, que reduz tudo à contabilidade de lucros, ao custo da superexploração da classe trabalhadora e da destruição ambiental, com o objetivo de reduzir os custos e alavancar os lucros do capital.

O capitalismo contemporâneo caracteriza-se, portanto, pela intensificação da superexploração da classe trabalhadora e da Natureza, que configura uma degradação sem precedentes do metabolismo social, verificável tanto na piora das condições de existência dos que vivem da sua própria força de trabalho quanto na emergência climática e o iminente perigo do colapso

ambiental, que põe em risco não só a forma social em que a humanidade se organiza mas os próprios fundamentos da vida em nosso planeta.

No enfrentamento dessas tendências destrutivas do capitalismo contemporâneo, o mandato É Tempo de Resistência tem procurado reforçar seus vínculos com a classe trabalhadora. Estamos desde o início desse ano de 2023 a frente do esforço de organização de um Fórum Estadual de Defesa do Trabalho Decente, junto com o Ministério Público do Trabalho, organizações de trabalhadores e centrais sindicais, ao tempo em que seguimos compondo a Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo (COETRAE).

Seguimos também irredutíveis na defesa dos servidores públicos, atuando com firmeza para garantir reajuste salarial para além da reposição inflacionária, o fim da taxação previdenciária dos aposentados e combatendo o assédio moral e as práticas antissindicais. Da mesma forma, acompanhamos a atuação do Fórum Unificado dos Trabalhadores do Complexo Portuário do Pecém, em que as reivindicações dos trabalhadores se combinam com a luta contra o modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso estado.

Esse compromisso com os interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora, que se renova nas lutas cotidianas, em que as condições de classe, raça, gênero e demais determinações do ser social se encontram, conformando um novo projeto de sociedade e de planeta.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Apoio à luta pelo reajuste salarial dos servidores públicos estaduais. Mensagem aprovada em 09/Maio)

Construção do Forum Estadual em Defesa do Trabalho Decente (Seminário em 26/Maio e assembleia de organização em 03/Outubro, ambos no auditório do MPT-7a Região)

Apoio à luta pelo fim da taxa previdenciária de professores e servidores públicos estaduais (recebimento de comissão e participação em atos de rua)

Apoio à luta dos trabalhadores do Complexo Portuário do Pecém (CIPP), com participação no dia de paralisação realizado em 30/10.



Mundo do Trabalho

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS EM DESTAQUE

Fotos 1 e 2: ADEGAS / FETRAMCE



Novos empreendimentos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP e seus impactos

Apresentação da pesquisa do Projeto Costurando Moda com Direitos

Impactos do superendividamento da pessoa idosa

Saúde mental dos docentes da educação básica do Estado do Ceará.



Racismo Institucional no Serviço Público Municipal no Ceará.



Sessão Solene - 25 anos do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT)

Sessão Solene - 60 anos do Sasec

Foto: Marcos Moura

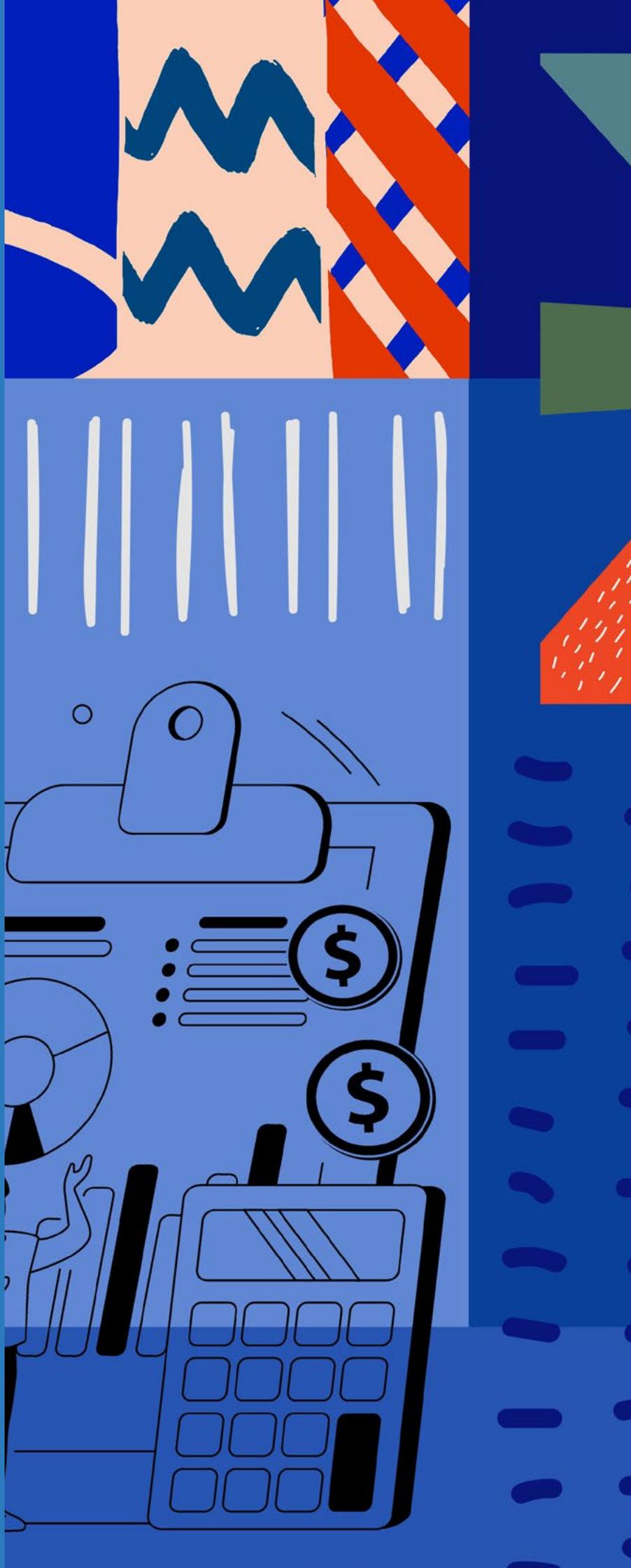


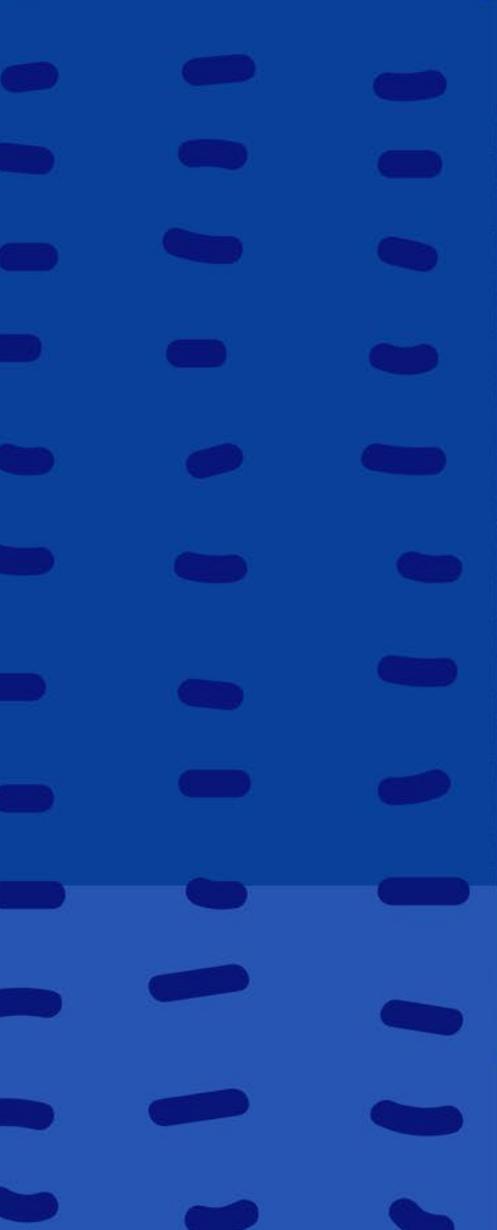
Desafios e Obstáculos

Fortalecer a
organização dos
trabalhadores em
defesa de melhores
condições de
trabalho

Melhorar a
remuneração
dos servidores
públicos e os
planos de cargos,
carreiras e
vencimentos

Orçamento





Orçamento

Na complexa engrenagem do orçamento público, que se desdobra em três pilares fundamentais - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA) -, a atuação do nosso mandato é pautada pela eficiência e fiscalização na aplicação dos recursos.

Nossos princípios refletem diretamente nos interesses do bem-viver e dignidade dos indivíduos a partir do: fortalecimento de políticas sociais essenciais como educação, saúde e cultura; fomento à participação popular e transparência nas decisões; defesa intransigente dos direitos humanos; e uma postura rigorosa no controle dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado.

As emendas aprovadas no Orçamento Anual refletem nosso princípio pautado na escuta e busca responder às demandas dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Abrangendo áreas diversas, desde a cultura e educação até equidade de gênero e direitos LGBTQIA+, estas emendas reforçam nosso profundo compromisso com a inclusão e a justiça social.

No primeiro semestre deste ano, com 35 emendas propostas na Lei de Diretrizes Orçamentária - representando cerca de 25% do total, nosso mandato se destacou não apenas pela quantidade, mas pela qualidade e relevância das emendas, como a garantia de continuidade dos programas de proteção a pessoas ameaçadas e a priorização de emendas focadas no combate à fome e à pobreza.

A interação com a sociedade civil é um traço característico deste mandato. A realização de oficinas didáticas sobre o PPA e a LOA, proporcionando um espaço para diálogo e sugestões, reafirma o nosso compromisso com a democracia participativa.

Em suma, a nossa gestão no âmbito do orçamento público não é apenas uma história de números e leis, mas um relato vivo de comprometimento, responsabilidade e participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e transparente.

O mandato que mais apresentou e aprovou emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

141

Total de Emendas

35

Emendas Apresentadas

12

Emendas Aprovadas

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS RELEVANTES

Fotos 1 e 3: ASCOM
Foto 2: Arquivo



Reunião, em novembro, com o movimento de catadores de resíduos sólidos para tratar sobre iniciativas no orçamento público para fortalecer suas condições de trabalho, notadamente aquisição de veículos de carga.



Reuniões, ao longo do ano, com sindicatos de trabalhadores rurais e entidades que atuam com agroecologia, bem como incidência com as secretarias estaduais competentes, para a destinação de recursos públicos para feiras de agricultura familiar.



Presença do mandato em mobilizações realizadas pela comunidade universitária das 3 (três) instituições estaduais de educação superior, a exemplo da “Jornada de lutas em defesa da UECE” realizada em novembro, e encaminhamento de suas demandas de maneira administrativa e mediante incidência no orçamento público.

Oficina de Capacitação Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual

29 de Nov - 18h

Reunião de Capacitação Remota

FORMATO ALTERADO DE PRESENCIAL PARA REMOTO



Realização da tradicional oficina de capacitação com a sociedade civil sobre o orçamento público, com destaque para o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, da qual dezenas de pessoas participaram.

Transparência





Transparência

Transparência é um valor fundamental para nós. Queremos que os eleitores estejam atentos às ações de seus representantes e sejam plenamente informados sobre o gerenciamento de recursos públicos. Além disso, é imperativo monitorar de perto as votações, a presença no plenário e as propostas que são defendidas.

Nos últimos anos temos defendido propostas que ampliam direitos e investimentos sociais, ao passo que temos nos posicionado contrários às medidas que favorecem os estratos mais abastados da sociedade ou que acarretam prejuízos ao meio ambiente.

Como representante do povo do Ceará, nosso mandato compromete-se com a transparência no uso do dinheiro público.

Em nossas páginas online oferecemos acesso detalhado à nossa atuação tanto em plenário como nas ruas. No site, é possível acompanhar não apenas as propostas que apresentamos, mas também ter acesso aos nossos gastos mensais. Apresentamos xxx propostas legislativas e direcionamos as verbas parlamentares para serviços como produção de análises e fiscalização orçamentárias, transporte, comunicação e produções gráficas.

A verba de gabinete é utilizada integralmente para pagar os salários de nossa equipe, composta por profissionais qualificados e comprometidos com o trabalho legislativo.

**EQUIPE EM
DEZEMBRO/23**

20
pessoas

2

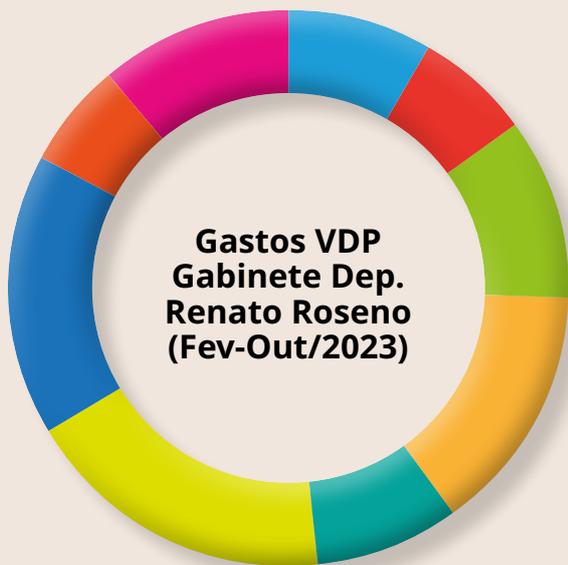
Jurídico

5

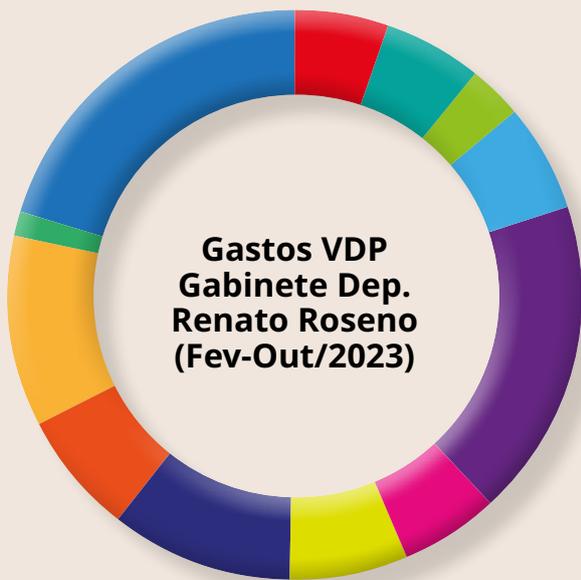
Comunicação

1

Motorista



Feb	R\$ 20.511,50
Mar	R\$ 16.139,13
Abr	R\$ 25.436,37
Mai	R\$ 34.603,15
Jun	R\$ 19.889,75
Jul	R\$ 43.478,65
Ago	R\$ 38.797,34
Set	R\$ 14.852,77
Out	R\$ 26.434,31



Telefonia	5,5%
Plano de Saúde	5,4%
Hospedagens	3,2%
Locação de Veículos	6,1%
Passagens Aéreas	17,9%
Passagens Terrestres	5,6%
Consultoria de Orçamento	6,8%
Vale Alimentação	10,2%
Vale Refeição	6,8%
Gráfica	10,9%
Serviços de Internet	1,5%
Correios	0,0%
Vale Combustível	20,1%

3

Administrativo

1

Chefia de Gabinete

8

Assessoria Técnica e Política

Transparência

NOSSO MANDATO EM NÚMEROS (2023)







Expediente

Projeto Editorial

Debora Castro

Projeto Grafico

Thalles Walker

Mariana Thamas

Ilustrações

Thalles Walker

Textos

Afranio Castelo

Angeline Carolino

Ana Vladia Holanda

Cecilia Feitoza

Debora Castro

Hugo Dantas

Jessica Rebouças

Pesquisa e Dados

Shyene Maranhão

Elizando dos Anjos

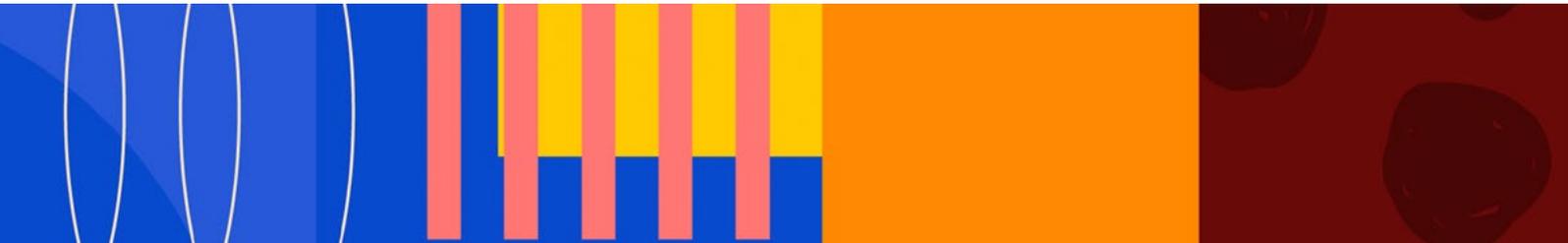
Revisão

Afrânio Castelo

Hugo Dantas

Jornalista Responsavel

Débora Castro



Quem faz o mandato

Afrânio Castelo

Coordenação de Articulação Política (Sindical e Trabalhista)

Ana Vlândia Holanda Cruz

Assessoria de Direitos Humanos

Angeline Carolino

Coordenação de Gabinete

Antônio Rodrigues

Assessoria de Comunicação

Carolina Nunes

Assessoria Jurídica

Cecília Feitosa

Coordenação de Articulação Política e Assessoria de Meio Ambiente

Daniela Silva

Assessoria de Direitos Humanos (Negritude e Mulheres)

Débora Castro

Coordenação de Comunicação

Elizandro dos Anjos

Assessoria de Comunicação

Geovana Patrício

Assessoria Jurídica

Hugo Dantas

Coordenação de Gabinete

Jéssica Rebouças

Assessoria de Direitos Humanos (Juventude e Educação)

José Filho

Motorista

Lucimar Rocha

Gestão do Mandato

Mariana Tamas

Gestão do Mandato

Mônica Lima

Assessoria de Movimentos Sociais

Paulo Giovani

Assessoria de Movimentos Sociais (Sertões de Crateús)

Shyene Maranhão

Gestão do Mandato

Thalles Walker

Assessoria de Comunicação

Wellington Romão

Assessoria de Meio Ambiente



**renato
roseno**

DEP. ESTADUAL PSOL CE



**renato
roseno**

DEP. ESTADUAL PSOL CE